



Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 01 / 2024 | APEOESP | 9 de janeiro

## NÃO ESPERAR O COMEÇO DO ANO LETIVO!

Convocar a assembleia estadual para discutir as reivindicações e aprovar os métodos de luta!  
Mobilizar o conjunto da categoria para dar uma resposta aos ataques do governo Tarcísio sobre os professores Categoria O, erguendo um programa de reivindicações contra a precarização e o desemprego, em defesa da estabilidade a todos, com a diminuição da jornada, sem redução dos salários.  
Que o governo pague imediatamente tudo o que deve aos professores!

Milhares de professores Categoria O revivem a situação do ano passado. Não têm a garantia do emprego. Foram incluídos no processo inicial de atribuição de aulas, mas começaram o ano debaixo de uma enorme nuvem de incerteza. Até o momento, a direção da Apeoesp não sabe quantas salas de aulas e turnos foram fechados e quantos professores efetivos estão adidos, porque o governo não divulga o montante das aulas que serão atribuídas. Sabemos que a política do governo Tarcísio é de corte de recursos à Educação, demissão de professores contratados, congelamento salarial e imposição da farsa do Novo Ensino Médio. A luta, como vemos, envolve toda a categoria. E somente a força coletiva e os métodos próprios dos trabalhadores poderão modificar essa trágica situação imposta ao magistério.

O fato desnuda mais uma vez o caráter reacionário do governo Tarcísio de Freitas/Republicanos. Trata-se do mesmo governador que fez aprovar recentemente a privatização da Sabesp na Alesp, sob intensa repressão policial aos manifestantes, resultando em 4 prisões. Tarcísio já havia demitido metroviários por terem participado da mobilização contra as privatizações, dentre outros exemplos na mesma linha. Sua ação contra os professores contratados, portanto, está de acordo com a linha política geral de seu governo, ditada pelo capital financeiro, e marcada pelo autoritarismo e pelo privatismo.

Qual foi a resposta da direção da Apeoesp, diante da ameaça de cessação dos contratos? Alimentou novamente a esperança de que é possível obter vitórias no campo do inimigo. Sua política é de conciliação de classes. Salta aos olhos o tom triunfante da Direção no boletim do sindicato: “esses professores [Categoria O] poderão assegurar suas aulas no processo inicial e iniciarão o ano letivo normalmente. Também conseguimos da SEDUC compromisso de folha suplementar no início de março para reduzir o período em que esses professores ficarão sem vencimentos” (Informa Urgente Núm. 121, de 14/12/23 - destaque nosso). “Normalmente”? Não há nada de “normal”! E mais: é papel de uma direção sindical “reduzir o período em que os trabalhadores ficam sem vencimentos”? Como vão sustentar a si mesmos e a suas famílias? Como se vê, a direção se excedeu novamente na comemoração de uma suposta “vitória”, desarmando politicamente os trabalhadores.

Em todas as situações, a posição da direção da Apeoesp foi a de desviar a luta para a Justiça e para o Parlamento (o que leva ao eleitoralismo), submetendo o professorado às disputas no seio do Estado burguês. Organizou um movimento isolado (corporativismo), com atos meramente simbólicos, visita aos gabinetes (como se os parlamentares se movimentassem por “bons argumentos”, quando se sabe que é o poder econômico quem dita as regras do jogo), campanhas de denúncia inofensivas nas redes sociais, abaixo-assinados, enfim, colocou todo o peso em ações inócuas, empregando métodos completamente adaptados ao funcionamento da democracia oligárquica brasileira, mas, ao mesmo tempo, ações passíveis

de serem transformadas em propaganda, como se os resultados fossem dignos de enaltecimento, quando, na verdade, os trabalhadores têm sofrido sucessivas derrotas.

Agora, essa direção chegou ao cúmulo de trazer para dentro do sindicato a odiosa fragmentação imposta pelo governo (efetivos e contratados), convocando uma assembleia “dos contratados”. Não! A assembleia é de toda a categoria! É claro que há uma desigualdade absurda, que impõe certas particularidades ao setor dos contratados, submetido a uma precarização mais profunda. Mas, a resposta de uma direção sindical classista jamais poderia ser a de convivência com a tática patronal de dividir os explorados, reproduzindo dentro das instâncias sindicais essa segregação. Pelo contrário, o correto era ter convocado o conjunto dos professores à luta, com uma assembleia estadual bem convocada, bem preparada, democrática e concentrada na tarefa de derrotar o governo.

A assembleia de hoje tem de rejeitar a política da direção burocrática da Apeoesp e apontar o caminho da independência de classe, da luta coletiva com o método da ação direta das massas, ou seja, com as manifestações de rua, com a greve, as ocupações etc. A história da luta de classes já deu provas suficientes de que não há conquistas sem luta; e que quando baixamos a guarda, a classe inimiga (burguesia) avança violentamente contra nós, retirando direitos, arrojando salários, demitindo, entre outras medidas de ataque.

**Não há o que esperar! É urgente a unificação de contratados e efetivos! E mais: como os problemas da precarização, dos baixos salários, da superexploração etc. atingem outros setores além do magistério, torna-se decisivo unificar o conjunto dos oprimidos, tomando como ponto de partida suas reivindicações mais elementares (emprego, salário e direitos), fazendo a ligação com as bandeiras mais gerais de luta. A Corrente Proletária tem feito uma campanha sistemática em torno à bandeira de um Dia Nacional de Luta. As paralisações dos dias 3/10 e 28/11/23, apesar das suas limitações, tiveram uma grande importância, por terem revelado a enorme força que a unidade na luta confere aos explorados. Está mais do que provada a potência das greves no sistema de transportes de São Paulo, por exemplo.**

**Cabe agora superar os obstáculos, principalmente a política conciliadora da direção da Apeoesp, e colocar de pé o combate pelo pagamento integral de tudo o que o Estado deve aos trabalhadores; pelo emprego a todos; reabertura de todas as salas/turnos/escolas fechadas; abaixo todas as formas de discriminação: trabalho igual, salário igual; pela estabilidade no emprego, com a diminuição da jornada, sem redução dos salários; no máximo 25 alunos por sala etc. Uma mobilização que deve desde já se ligar à luta contra as privatizações, bem como à luta do movimento estudantil contra o aumento das tarifas, e outras – desde que no campo da independência de classe.**

# Virada do ano com vários ataques do governo sobre os professores

A virada de 2023 para 2024 tem sido bastante conflituosa para os professores da rede estadual de SP. Seis temas compareceram em destaque, para além do problema dos Categorias O, tratado no artigo anterior: 1) atribuição de aulas; 2) os problemas no concurso; 3) aprovação do PLC 143; 4) ensino técnico do governo Tarcísio; 5) adiamento do PL 5230/2023, sobre as diretrizes para a política nacional do ensino médio e 6) municipalização de escolas. Eis a essência de cada caso:

1) A ATRIBUIÇÃO DE AULAS deste ano está sendo particularmente complicada, com liminares, derrubada das liminares e muita insegurança por parte dos professores. De certa forma, está repetindo problemas crônicos, misturados com elementos novos. A última atribuição foi marcada pelo critério do tamanho da jornada, aspecto que não foi completamente eliminado das regras impostas pelo governo, comparecendo diluído numa fórmula com outros critérios. Dentre estes, o das ausências. Foi justamente sobre este ponto que se deu a queda-de-braço judicial das liminares, que acabou confirmando a supremacia do governo em seu próprio campo, reforçando o caráter punitivo sobre o tema das faltas. É fundamental que o sindicato rebata essa campanha contra o funcionalismo público como um todo, segundo a qual os servidores gozam de privilégios, e mostre a realidade de mutilação física e mental, de extremo desgaste, devido às longas jornadas e péssimas condições de trabalho.

*A categoria deve lutar por uma atribuição presencial, transparente e que leve em conta o tempo de trabalho, associando essa luta ao combate por emprego, salário e direitos.*

2) O CONCURSO também tem gerado muitos problemas. A começar pelo fato de serem só 15 mil vagas para cerca de 290 mil candidatos, e quando há pelo menos 50 mil professores Categoria O trabalhando na rede – dados que comprovam o caráter excludente do concurso, afinal, servirá de máscara para a preservação de milhares de trabalhadores na condição de temporários (subemprego, trabalho precarizado), colocando sobre os ombros dos próprios professores não aprovados a responsabilidade pela exclusão, de acordo com o discurso meritocrático. Em segundo lugar, trata-se de um concurso já amarrado à chamada “Nova Carreira”, que é mais precarizada (é fruto da reforma administrativa do ex-governador João Doria, que retirou direitos históricos e instituiu o regime de subsídios). Em terceiro lugar, porque o próprio processo seletivo foi conturbado, em especial devido à famigerada videoaula, que também seguiu o roteiro de liminar para cima, liminar para baixo, concluindo favoravelmente ao governo. A manobra jurídica utilizada pela SEDUC, em parceria com a VUNESP, foi alterar o Edital do concurso, com o objetivo de reabrir o prazo de recursos, de modo a individualizar as respostas aos recursos.

*O professorado tem de rechaçar o concurso como uma ferramenta de exclusão. O sindicato deve assumir a bandeira de emprego a todos, com estabilidade, através da redução da jornada, sem reduzir os salários. A Corrente Proletária defende que se aplique a bandeira de escala móvel das horas de trabalho, isto é, a divisão de todas as aulas entre todos os aptos a trabalhar, com a redução de alunos por sala (máximo de 25) e reabertura de todas as salas/turnos/escolas.*

3) Foi publicada no Diário Oficial de 26 de dezembro de 2023 a SANÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 1396/2023 (que tramitou como PLC 143/2023), alterando pontos da LC 1374/2022 (da dita “Nova Carreira”, aprovada por Doria). Com a sanção da medida, as APDs (Atividades Pedagógicas Diversificadas) poderão se dar em local de livre escolha; foi reinstituída a falta-aula; a jornada deixou de ser critério principal para a atribuição de aulas, como no ano anterior – embora, como vimos no item acima, sobre a Atribuição, o tamanho da jornada permaneça como um dos critérios, comparecendo ao lado de outros

que representam distorções graves. A aprovação do PLC 143 foi celebrada pela direção sindical como uma grande vitória, e como uma suposta “prova” do quão correta teria sido a atuação via Parlamento e Justiça, com destaque para a intervenção da “Segunda Presidenta” e deputada do PT, Maria Izabel.

Acontece que os três pontos alterados (APDs, falta-aula e jornada como critério principal na Atribuição) representavam apenas os “excessos” da legislação imposta no último período, arestas que podiam ser aparadas sem prejuízo, do ponto de vista do governo, preservando a essência antitrabalhadora das contrarreformas. Com a vantagem – de novo, do ponto de vista do nosso inimigo de classe – de permitir ao Tarcísio e ao seu Secretário, Renato Feder, fazerem demagogia, o mesmo valendo para a direção sindical, que pôde posar de combativa e defensora dos trabalhadores. Em outras palavras, são migalhas distribuídas segundo um cálculo político, de acordo com o intento de evitar qualquer explosão instintiva da categoria.

*A Corrente Proletária na Educação sempre reconheceu que esses três tópicos representavam problemas sensíveis da categoria, e defendeu que o sindicato desse respostas políticas concretas, mobilizando a categoria para pôr abaixo cada uma das medidas, o que exigia inserir essas reivindicações no bojo de uma luta mais ampla, como parte de um combate em defesa das condições elementares de vida e de trabalho. A Corrente Proletária alertou os trabalhadores, porém, para o risco presente nas negociações de bastidores, que são inerentes ao funcionamento das instâncias de poder do Estado burguês. A única forma de combater as manobras dos capitalistas era e continua sendo a mobilização da força social que os trabalhadores são capazes de erguer, com os métodos da luta de classes. É preciso que as massas confiem em suas próprias forças, do contrário, permanecerão submetidas aos ditames da burguesia.*

4) O governo Tarcísio aprovou o Decreto 68.189/2023, que trata do ENSINO TÉCNICO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL, que será oferecido por meio dos “itinerários formativos”. A medida tem claro objetivo eleitoreiro, pois permite ao governo vender a imagem de preocupado com o futuro dos jovens, como se estivesse interessado em preparar os estudantes para o mercado de trabalho. Fora isso, a legislação abre brechas para o avanço da privatização na Educação, através das parcerias com a iniciativa privada. O texto aprovado também permite a contratação de professores por meio do critério do “notório saber”. O conjunto dos itens contidos no Decreto revela o caminho de intensificação da precarização do ensino.

*A Corrente Proletária chama os professores a rejeitarem toda e qualquer ação do governo que seja de ataque à Educação e aos trabalhadores. Defendemos um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha, e vinculado à produção social. Para a juventude, defendemos: nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social, 4h de estudo, 4h de trabalho e o restante para descanso e lazer.*

5) Foi adiada para março de 2024 a votação do PL 5230/2023, que trata das DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. A direção da Apeoesp considerou o adiamento uma “grande vitória”, pois entende que havia “risco real” de aprovação do substitutivo do relator, o deputado federal Mendonça Filho, que foi Ministro do golpista Michel Temer, substitutivo que manteria a essência da contrarreforma do ensino médio. Vale lembrar que houve em 2023 uma onda de insatisfação, em todo o país, com os “itinerários formativos” e com a estrutura geral do “Novo Ensino Médio” (NEM), o que exigiu do governo Lula-Alckmin, então recém-eleito, que utilizasse algumas das manobras conhecidas da burguesia para desmobilizar os oprimidos, como

as promessas, jamais cumpridas, mas que servem para colocar panos quentes na situação – tudo com o apoio das direções sindicais do campo da Educação, como a própria Apeoesp e a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a grande maioria dirigida pelo PT e seus satélites. O resultado é que logo mais, em março, pode ser que os estudantes e os educadores do estado e do país se vejam diante da necessidade de se lançar num duro combate à contrarreforma educacional do PT, que comparecerá emaranhada nas propostas do reacionário Centrao.

*A Corrente Proletária na Educação defende a bandeira de revogação integral e imediata do NEM, bem como do conjunto das contrarreformas, com destaque para a trabalhista e a previdenciária. A essência do NEM está no caráter privatista, expresso pela expansão do falido ensino a distância (EaD), no excludente ensino integral, entre outros aspectos, que levam à expulsão do aluno-trabalhador, com o fechamento do noturno, afetando a EJA, e que, em suma, só reforçam a precarização do ensino e do trabalho.*

6) Foi divulgado pela imprensa burguesa o projeto do governo Nunes/MDB, em ligação com o bolsonarista Tarcísio, de MUNICIPALIZAR 50 ESCOLAS ESTADUAIS. O processo se desenrola por enquanto de maneira muito obscura. Apesar de já circular uma lista de escolas que seriam enquadradas na mudança, o governo nega já ter uma definição nesse sentido. Existem muitas dúvidas ainda pairando no ar, algumas levantadas pelos sindicatos. A própria mídia denunciou a diminuição de matrículas na rede estadual. O Sindsep (Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo), por exemplo, questionou, em primeiro lugar, o fato de as entidades representativas e comunidades escolares não terem sido consultadas, o que denota o lado autoritário da medida governamental; a seguir, o Sindsep dispara uma série de perguntas: “Quais as condições estão sendo providenciadas? Qual a previsão orçamentária para efetivar este processo? Como ficará a situação funcional dos profissionais da rede estadual das escolas envolvidas? Quais os critérios estabelecidos para a escolha das unidades educacionais que serão municipalizadas? De onde sairão os recursos humanos para compor a tabela de lotação de pessoal? Como ficará a recente atribuição de classes/turma? Haverá ampliação do número de supervisores escolares e tudo o mais que envolve a ampliação da rede?”.

A essas indagações cabe acrescentar outras: o que acontecerá com os professores contratados (Categoria O) dessas escolas? Ficarão desempregados? Nas duas redes é possível que se dê o conhecido efeito cascata, com efetivos tendo de mudar de escola, “derrubando” professores com contratos precários e mesmo outros efetivos, ficando “adidos” ou “excedentes”. Na verdade, com a falência do PEI (ensino integral no estado) e do SPI (integral na Prefeitura), muitos já estavam esvaziando essas unidades, à procura das Regulares. Alguns diretores já foram avisados que todo o pessoal, desde funcionários até gestores, entrará em remoção ex officio.

*Como se vê, são vários os problemas que decorrem da medida. O início das aulas, marcado para o começo de fevereiro, se torna uma incógnita. Vale ressaltar que a mudança em si, se a escola continuará na rede estadual ou na municipal, não constitui um empecilho, dado que ambas são públicas. A Corrente Proletária alerta os trabalhadores para o risco de que a municipalização acabe resultando em fechamento de salas/turnos – tendência já verificada com a aplicação do NEM, dentre outros ataques à Educação. Os direitistas Nunes e Tarcísio são lacaios do capital financeiro e certamente estão tramando algo pelas costas dos educadores! A assembleia de hoje deve dar uma resposta política à altura, reafirmando a consigna de “escola fechada é escola ocupada!” Nenhum professor desempregado! Nenhum professor retirado de direitos!*